TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000612/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/03/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR027959/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.201512/2025-15
DATA DO PROTOCOLO: 06/03/2025

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10260.111393/2023-73
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 31/05/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO RURAL DE CIANORTE, CNPJ n. 77.445.724/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIENER GONCALVES DE SANTANA;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CIANORTE, CNPJ n. 75.782.193/0001-89, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALEX GAVIOLI;

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INDIANOPOLIS, CNPJ n. 81.836.165/0001-08, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILSON DE SOUZA SILVA;

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JUSSARA, CNPJ n. 75.789.339/0001-18, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ABNER DE FREITAS MATOSO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES RURAIS**, com abrangência territorial em **Cianorte/PR, Indianópolis/PR e Jussara/PR**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO NORMATIVO

Fica assegurado aos empregados abrangidos pelo presente instrumento o piso mínimo mensal da categoria, durante a vigência da presente CCT, de: R\$ 1.701,46 (um mil setecentos e um reais e quarenta e seis centavos); o piso mínimo diário será de R\$ 56,72 (cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos); o piso mínimo hora será R\$ 7,73 (sete reais e setenta e três centavos), para desempenho da função de TRABALHADOR RURAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ficam estabelecidas como mão de obra especializada as funções de motorista, tratorista, retireiro, carpinteiro, campeiro, operador de colheitadeira e máquinas pesadas, tendo estes, o direito de perceberem os seguintes salários normativos: a). Até 12 meses contínuos de serviços prestados para o mesmo empregador R\$ 2.137,71 (dois mil cento e trinta e sete reais e setenta e um centavos). b). Após 12 meses de serviços contínuos prestados para o mesmo empregador R\$ 2.345,97 (dois mil trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os pisos acima ficam assegurados desde que a atividade descrita no Parágrafo Primeiro seja desenvolvida durante todo o horário de trabalho e seja contínuo, caso revés, será considerado como trabalhador rural, fazendo jus ao piso normativo da categoria, conforme dispõe o *caput* dessa

cláusula, e o mesmo ocorrerão nos casos de trabalhos eventuais ou esporádicos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado para fazer jus aos pisos descritos no parágrafo primeiro deverá possuir curso de qualificação profissional por empresa devidamente qualificada, com CERTIFICADO, para o desempenho das respectivas funções.

PARÁGRAFO QUARTO: Para as funções de tratoristas, operadores de colheitadeiras, máquinas pesadas e equipamentos com necessidade de conhecimentos técnicos, o empregado para fazer jus a tal piso, deverá ter cursos que o habilitam ao exercício da função, com o devido CERTIFICADO, cursos estes oferecidos por empresas qualificadas ou pelo empregador, inclusive curso para manutenção do equipamento que irá operar. Poderão ser aplicadas provas práticas de conhecimento, para aprovação ou não para o exercício da função.

PARÁGRAFO QUINTO: Aplica-se aos aprendizes o piso salarial estabelecido nesta cláusula, nos termos do §2º do art. 428, da CLT, bem como as demais cláusulas sociais da presente convenção coletiva de trabalho.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

O salário de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional, que recebem salário acima do Piso Salarial será reajustado no percentual de 4,5% (quatro vígula cinco por cento), aplicados sobre o salário vigente em maio de 2024, ficando assegurada a proporcionalidade aos empregados admitidos após aquela data.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não poderão ser compensados todos os aumentos salariais individuais concedidos por término de aprendizagem, implemento de idade, promoção, transferência de cargo, estabelecimento ou localidade e equiparação salarial, determinada por sentença transitada em julgado (Instrução Normativa nº01).

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e, portanto, permanecem inalteradas as cláusulas e parágrafos da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025, registrada no Sistema Mediador sob o número PR001094/2023, que não conflitem com o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - TERMOS FINAIS

Por assim, haverem convencionados, assinam o presente instrumento para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cianorte, Estado do Paraná, 27 de maio de 2024.

}

**DIENER GONCALVES DE SANTANA
PRESIDENTE
SINDICATO RURAL DE CIANORTE**

**ALEX GAVIOLI
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CIANORTE**

**WILSON DE SOUZA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE INDIANOPOLIS**

**ABNER DE FREITAS MATOSO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JUSSARA**

**ANEXOS
ANEXO I - ATA - SINDICATO INDIANOPOLIS E SÃO MANOEL**

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA - SINDICATO JUSSARA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA - SINDICATO TRABALHADORES RURAIS DE CIANORTE

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.